

A Europa em tempo de crise*

MARCELLO MUSTO**

Em tempo de ditadura da Troika

Ao longo de 2007, os Estados Unidos sofreram uma das piores crises financeiras da história, que logo envolveu também a Europa, e que precipitou uma dura recessão. Em razão do pesado aumento da dívida pública e do conseqüente perigo de insolvência, muitos países tiveram de recorrer a empréstimos com o grupo constituído pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, isto é, a chamada *Troika*. Os créditos às nações com risco de *default* foram concedidos em troca da introdução de inflexíveis políticas de austeridade, em relação às quais as pesadas “reestruturações” dos anos de 1990 pareceram medidas moderadas. A partir de 2008, foram colocados em prática treze programas de resgate (*bailout programs*): na Hungria (2008-2011), na Letônia (2008-2011),¹ e três na Romênia (2009-2015), na área da União Europeia, além dos três da Grécia (2010-2018), o da Irlanda (2010-2013), o de Portugal (2011-2014), os dois de Chipre (2011-2016) e o da Espanha (2012-2013), dentro da eurozona.

A própria expressão “reformas estruturais” acabou sofrendo uma radical transformação semântica. O termo, que pertencia ao léxico do movimento operário para indicar a lenta, mas progressiva, melhoria das condições sociais, tornou-se, ao contrário, sinônimo de destruição do *welfare state*. Esse tipo de pseudorreformas,

* Tradução do italiano realizada por Gualtiero Marini.

** Professor de Sociologia Teórica da York University, Toronto, Canadá. É colaborador de *Crítica Marxista* e autor de numerosas publicações em diversos países. Sítio na internet e contato: www.marcellomusto.org.

1 A Letônia adota o euro desde 1º de janeiro de 2014.

que na verdade são verdadeiras involuções, tem cancelado numerosas conquistas do passado e estabelecido condições legislativas e econômicas que recordam as do capitalismo rapinante do século XIX.

Nesse quadro, abriu-se um terrível ciclo recessivo, do qual a Europa, que hoje está lutando contra o espectro da deflação, ainda não saiu. A forte compressão salarial determinou a queda da demanda, com a conseqüente redução do produto interno bruto, e o desemprego alcançou níveis nunca registrados no segundo pós-guerra. De 2007 a 2014, o desemprego passou de 8,4% para 26,5% na Grécia; de 8,2% para 24,5% na Espanha; de 6,1% para 12,7% na Itália; e de 9,1% para 14,1% em Portugal. Em 2014, a falta de trabalho para uma geração inteira de jovens alcançou níveis epidêmicos: 24,1% na França; 34,7% em Portugal; 42,7% na Itália; 52,4 na Grécia; e 53,2% na Espanha. De fato, passa de 1 milhão o número de jovens desses países – trata-se sobretudo dos mais qualificados e que possuem uma melhor instrução – que foram obrigados a emigrar.²

Estamos diante de uma nova modalidade de luta de classes, conduzida com grande determinação pelas classes dominantes contra as subalternas, cuja resistência foi frequentemente débil, desordenada e fragmentada.³ Isso ocorreu tanto nos centros capitalistas mais desenvolvidos, onde a redução dos direitos dos trabalhadores atingiu níveis inimagináveis trinta anos atrás, como nas periferias do mundo, onde as empresas, muitas vezes multinacionais, exploram de forma extrema a mão de obra e continuam a depredar o território de seus preciosos recursos naturais.

Esses processos geraram um enorme aumento das desigualdades e uma significativa redistribuição das riquezas em favor da parte mais rica do planeta. As próprias relações sociais passaram por profundas mudanças, marcadas por uma precariedade incondicional, por uma extrema concorrência entre os trabalhadores, por uma mercantilização de diversos âmbitos da existência, por uma guerra social entre as classes mais pobres e por um novo e mais invasivo capitalismo, que corrompe de forma inédita as consciências e as vidas.

A crise na Europa transferiu-se rapidamente para a dimensão política. Nos últimos vinte anos, o poder de decisão passou cada vez mais da esfera política para a econômica. A economia tornou-se um campo separado e imutável onde se tomam as decisões mais importantes, cada vez mais subtraídas ao controle democrático. Essas, que não muito tempo atrás eram consideradas medidas políticas, tornaram-se

2 O Instituto Nacional de Estatística Português estimou que, de 2010 a 2014, pelo menos 200 mil pessoas com idade entre 20 e 40 anos deixaram o país. Na Espanha, o Instituto Nacional de Estatística tem contado, pelo menos, 133 mil jovens novos imigrantes entre 2008 e 2013. Na Itália, foram pelo menos 136 mil os jovens que foram para o exterior entre 2010 e 2014. Na verdade, essas estimativas são muito inferiores do que os números reais. Não há, no entanto, dados da Grécia, onde a Autoridade Estatística Helênica não registra a migração juvenil.

3 Conforme afirmou emblematicamente, em 2006, Warren Buffet, o investidor e magnata estadunidense: “Há uma luta de classes em curso – é verdade –, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está fazendo a guerra. E estamos vencendo”. A citação de Buffet está contida em uma entrevista com Ben Stein (2016).

hoje incontestáveis imperativos econômicos que, sob a máscara ideológica da apoliticidade, ocultam, ao contrário, um sistema perigosamente autoritário e um conteúdo totalmente reacionário.

O caso mais emblemático é representado pelo Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança da União Econômica e Monetária. Entrado em vigor em 2013, o chamado *fiscal compact* impôs a introdução do equilíbrio orçamentário nas constituições dos países da União Europeia. Isso significa que cada nação assume a obrigação de permanecer, num período de vinte anos, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Tratado de Maastricht em 1993, ou seja, que a dívida pública não poderá ultrapassar o limite de 60% do PIB. Essa proporção, de acordo com estatísticas de 2014, atualmente é de 92% na zona euro (de 74,4% na Alemanha e 89,4% no Reino Unido, o país que, como a República Checa, não assinou o acordo), com pontas máximas na Bélgica de 106,5%, em Portugal de 130,2%, na Itália de 132% e na Grécia de 177%.

A decisão representa um muro erguido para impedir aos diferentes parlamentos, também aos futuros, escolhas autônomas sobre o tipo de política econômica a ser colocada em prática. Ela implica a destruição do Estado de bem-estar nos países mais endividados e, nesta fase econômica, pode agravar ainda mais a atual recessão. Dentro dessa ofensiva mais geral, assim como havia acontecido em alguns países anglo-saxões, na França desde 2007, e na Itália a partir de 2011, foram introduzidas novas figuras, responsáveis por “racionalizar” a despesa pública: os comissários para a *spending review*. As medidas que eles propuseram, em vez de reduzir o desperdício, como havia sido anunciado, resultaram em uma diminuição na quantidade e na qualidade dos serviços. A etapa seguinte desse projeto prevê a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês), um acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos em torno do qual estão em curso negociações confidenciais, as quais levariam a uma maior desregulamentação do comércio, à primazia do lucro das empresas sobre o interesse geral e ao conseqüente aumento da concorrência, o que geraria novas reduções salariais e menos direitos para os trabalhadores.

A transferência de poder desde os parlamentos – já esvaziados de seu valor representativo pelas mudanças introduzidas nos sistemas eleitorais, assim como pelas revisões da relação entre o poder Executivo e o Legislativo – para as instituições oligárquicas internacionais, cujas diretivas neoliberais favorecem o domínio incondicional do mercado, constitui o ataque mais grave à ordem democrática do nosso tempo.⁴ Revela o rosto de um capitalismo em grave crise de consenso e incompatível com a democracia. Por outro lado, nos poucos referendos convocados após a aprovação do Tratado de Maastricht, as decisões dos poderes tecnocráticos dominantes na Europa foram muitas vezes derrotadas pelo voto popular. Isso aconteceu na França e na Holanda em 2005, em relação ao Tratado sobre a

4 Sobre a relação entre capitalismo e democracia, tema em torno do qual se tem desenvolvido nos últimos anos uma vasta literatura, ver Wood (1995).

Constituição Europeia;⁵ e, posteriormente, também na Irlanda em 2008, contra o Tratado de Lisboa.⁶ Os índices da Bolsa, as avaliações das agências de *rating*, o *spread* entre as taxas dos títulos de Estado, são enormes fetiches da sociedade contemporânea, que adquiriram um valor maior do que a vontade popular. As escolhas que mais prejudicam as massas são apresentadas como necessidades imprescindíveis para “restabelecer a confiança” dos mercados.

No melhor dos casos, a política é chamada a sustentar a economia, como aconteceu depois de 2008, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, quando foram realizados os resgates bancários. Os representantes da grande finança necessitaram da intervenção política do Estado para mitigar os estragos produzidos pela mais recente crise capitalista, mas eles recusaram-se a renegociar as regras e as escolhas econômicas gerais. Nem sequer a substituição de governos de centro-direita por governos de centro-esquerda alterou o panorama econômico-social, uma vez que é a economia que está determinando, cada vez mais, a formação, a composição e a finalidade dos executivos que assumem o poder. Se, no passado, isso se realizava através da grande quantidade de dinheiro alocada pelo poder econômico a governos ou partidos políticos a serem controlados e pelo condicionamento dos meios de comunicação, no século XXI acontece por decreto das instituições internacionais.

Este fenômeno teve sua manifestação mais evidente com a breve onda de “governos técnicos”. No espaço de uma semana – entre os dias 11 e 16 de novembro de 2011 –, Lucas Papademos e Mario Monti, representantes exemplares do poder econômico dominante (o primeiro tinha sido vice-presidente do Banco Central Europeu de 2002 a 2010), foram nomeados, sem escrutínio popular, primeiros-ministros da Grécia e da Itália. Papademos permaneceu no cargo por apenas sete meses, enquanto Monti, graças ao apoio determinante do Partido Democrático (PD), por um ano e meio. Campeões de austeridade, eles aplicaram, contemporaneamente, drásticos cortes de gastos e ulteriores sacrifícios sociais. Suas experiências políticas revelaram-se breves, já que ambos foram drasticamente derrotados assim que a palavra foi devolvida aos eleitores, mas a atuação de seus governos foi deletéria, tanto pelas escolhas feitas no plano econômico, quanto, e talvez mais, por causa do *vulnus* democrático representado pelas modalidades de sua investidura.

Algumas das forças da Internacional Socialista tomaram, nos últimos anos, um caminho que teve um resultado semelhante ao dos “governos técnicos”. Armadas pela convicção ideológica de que não há alternativa ao neoliberalismo – embora a crise de 2008 tivesse mostrado os desastres que este tinha sido capaz de produzir, e a administração Obama, com o American Recovery and Reinvestment Act de 2009, tivesse realizado escolhas diferentes –, elas se aliaram com as forças do Partido Popular Europeu (PPE), o grupo que reúne partidos europeus de centro-direita, aceitando acriticamente suas principais orientações econômico-sociais. O

5 Aprovado apenas na Espanha e em Luxemburgo, bloqueou-se o processo de ratificação desse tratado logo após esses dois fracassos.

6 Também o referendo realizado na Grécia pelo governo de Alexis Tsipras, em julho de 2015, respondeu com um sonoro “não” contra as políticas de Bruxelas.

protótipo desta tendência foi a Grande Coalizão na Alemanha, o acordo através do qual o Partido Social-democrata Alemão, apoiando a chanceler Angela Merkel de 2005 a 2009 e de 2013 até hoje, praticamente abriu mão de sua própria autonomia.

Outros experimentos de “unidade nacional” surgiram na Europa meridional. Na Grécia, de 2012 a 2015, o Movimento Socialista Pan-helênico (Pasek), e, por um tempo, também a Esquerda Democrática (Dimar), apoiaram o primeiro-ministro do partido Nova Democracia (ND), Antonis Samaras. Na Itália, após as eleições de 2013, o Partido Democrático assumiu o governo – chefiado pelo seu vice-secretário Enrico Letta – juntamente com a coalizão de centro-direita do Povo das Liberdades (PDL), liderada por Silvio Berlusconi. Em 2014, ele foi substituído por Matteo Renzi, que criou um governo com o Novo Centro-Direita (NCD) – formado por um grupo que havia abandonado o movimento de Berlusconi –, com o qual encontrou um acordo sobre algumas significativas “reformas” eleitorais e constitucionais. Com a eleição de Jean-Claude Juncker⁷ como presidente da Comissão Europeia, a grande coalizão entre o Partido Popular Europeu e o grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e dos Democratas (S&D) hoje governa também as principais instituições da UE.

As medidas adotadas na política externa desses governos social-democratas confirmaram a descontinuidade com o passado. De fato, em 1999, o governo liderado pelos Democratas de Esquerda (DS), os herdeiros do velho Partido Comunista Italiano, autorizou a segunda intervenção militar da história italiana, após 1945: os bombardeios da Otan no Kosovo, conhecidos também pelo uso de munições de urânio empobrecido. Em 2003, os trabalhistas ingleses juntaram-se ao republicano George W. Bush na Segunda Guerra do Golfo contra o “Estado bandido” iraquiano, falsamente acusado de possuir armas de destruição de massa.⁸ Entre estes dois conflitos, nenhuma força do socialismo europeu se opôs à intervenção no Afeganistão, aos devastadores “efeitos colaterais” causados à população e, mais em geral, à campanha *Enduring Freedom* (“Liberdade Duradoura”) promovida pelo governo dos Estados Unidos.

Mesmo a questão ecológica, por fim, foi muitas vezes relegada a declarações de princípio, que raramente foram traduzidas em medidas legislativas eficazes para resolver os principais problemas ambientais. Para isso contribuiu o giro moderado da maioria dos partidos verdes que, ao decidirem formar alianças governamentais tanto com as forças de direita como com as de esquerda, transformaram-se em partidos “pós-ideológicos” e abandonaram a batalha contra o modo de produção existente.

7 Ex-primeiro-ministro do Luxemburgo. Durante seu mandato, Juncker favoreceu mais de trezentas multinacionais que aproveitaram das condições especiais do sistema tributário de seu país.

8 No dia 18 de outubro de 2015, o periódico conservador *The Mail on Sunday* publicou um documento secreto (“Secret / Noform”), datado 28 de março de 2002, graças ao qual foi possível verificar que o primeiro-ministro britânico conquanto, em público, declarava-se empenhado em encontrar uma solução diplomática para a crise, havia oferecido sua ajuda, já um ano antes do início do segundo conflito iraquiano, ao presidente norte-americano para convencer a opinião pública mundial de que Saddam Hussein possuía armas de destruição de massa, que nunca foram encontradas. Cf. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3277402/Smoking-gun-emails-reveal-Blair-s-deal-blood-George-Bush-Iraq-war-forged-YEAR-invasion-started.html>.

Antipolítica, populismo e xenofobia

A substancial e nociva uniformidade dos partidos políticos em suas linhas política e econômica, confirmada, também, por escolhas realizadas na França a partir de 2012 na presidência de François Hollande, e, mais em geral, a crescente hostilidade de boa parte da opinião pública em relação à tecnocracia de Bruxelas, contribuíram para produzir uma nova – a segunda depois da de 1989 – grande mudança no contexto político europeu. Ao longo dos últimos anos, em todo o “velho continente”, desenvolveu-se um sentimento de profunda aversão a tudo aquilo que tem a ver com a política, a qual se tornou sinônimo de usufruto do poder e não, ao contrário, de compromisso e de interesse coletivo para transformar a sociedade, como tinha acontecido nas décadas de 1960 e 1970. Esse fenômeno afetou, em particular, mas não apenas, as gerações mais jovens e favoreceu uma apatia generalizada e uma redução dos conflitos sociais, por causa do desapego para com as organizações sindicais, percebidas cada vez mais como homologadas pelo poder. Em muitos países, essa onda de antipolítica envolveu também as forças da esquerda radical, consideradas responsáveis, especialmente por causa das mediocres experiências de governo, de terem adaptado-se ao contexto existente e abandonado progressivamente as propostas antagônicas das quais eram portadoras.

Significativas foram as mudanças nas relações de força preexistentes dentro da cena europeia. Bipartidarismos consolidados como os da Espanha e da Grécia – países nos quais, após o fim das ditaduras, a soma das forças socialistas e as de centro-direita haviam atingido constantemente cerca de três quartos do eleitorado – implodiram. Também os bipartidarismos italiano e francês, que nas últimas décadas haviam mostrado uma divisão constante de votos entre centro-direita e centro-esquerda, tiveram uma sorte parecida. Além disso, os três principais grupos políticos do Parlamento Europeu eleitos em 2009 – isto é, o Partido Popular Europeu, a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas e a Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE) – perderam mais de 13% dos seus representantes nas eleições de 2014. O cenário político-eleitoral foi alterado também pelo grande aumento do abstencionismo, pelo nascimento de formações populistas, pelo significativo avanço das forças da extrema-direita e, em alguns contextos, pela consolidação de uma alternativa de esquerda às políticas neoliberais.

O primeiro desses fenômenos encontra sua principal explicação no crescente afastamento dos partidos políticos. Essa tendência manifestou-se, nos mais diversos países, por ocasião de eleições legislativas. Na França, o número de votantes passou de 67,9% em 1997 para 57,2% em 2013;⁹ na Alemanha, de 84,3% em 1987 para 71,5% em 2013; no Reino Unido, de 77,7% em 1992 para 66,1% em 2015; na Itália, de 87,3% em 1992 para 72,2% em 2013; em Portugal, de 71,5% em 1987 para 57% em 2015; na Grécia, de 76,6% em 2004 para 56,5% em 2015; e, na Polônia, por ocasião das eleições presidenciais, de 64,7% em 1995 para 48,9%

9 Nas eleições presidenciais, as mais importantes do país, a participação foi muito maior, como comprovado pela afluência de 79,4% alcançada em 2012.

em 2015. A porcentagem de cidadãos que foram às urnas diminuiu também nas eleições para o Parlamento Europeu: de 62% em 1979 para 42,6% nas últimas eleições.¹⁰ Esse dado reflete a progressiva falta de interesse para uma instituição que representa um modelo de Europa cada vez mais tecnocrático e menos político.

Cavalgando a onda antieuropeísta, nos últimos anos surgiram também novos movimentos políticos que se declararam “pós-ideológicos”, os quais tiveram como ideias-guia a denúncia genérica da corrupção do sistema ou o mito da democracia *on-line*, como garantia da participação política a partir de baixo e como alternativa àquela praticada nos partidos políticos. Com base nesses princípios foi fundado, em 2006, quase simultaneamente na Suécia e na Alemanha, o Partido Pirata (PP). Três anos depois, ele atingiu 7,1% nas eleições europeias no país escandinavo e 2% nas eleições para o Bundestag. Em 2012, esse partido foi criado também na Islândia, onde obteve 5,1% dos votos nas eleições de 2013. Porcentagens significativas considerando seu programa político limitado, mas mínimas quando comparadas com aquelas do Movimento 5 Estrelas (M5S) na Itália. Este foi criado em 2009 pelo comediante Beppe Grillo e tornou-se, nas primeiras eleições gerais em que se apresentou, a primeira força política italiana, com 25,5% dos votos. Em 2013, nasceu em Berlim a Alternativa para a Alemanha (AFD) que, graças ao crescente euroceticismo, obteve 4,7% nas eleições federais de 2013 e 7% naquelas europeias do ano seguinte. Em 2014, foi a vez de O Rio (TP) na Grécia, que recebeu 6,6% nas eleições europeias. No mesmo ano houve o crescimento, em escala nacional, de Cidadãos (C's) – movimento fundado na Catalunha em 2006 –, que obteve 3,2% nas eleições europeias, 6,6% nas administrativas de 2015, resultado que foi dobrado nas eleições políticas de dezembro passado (13,9%). Nas recentes votações presidenciais na Polônia, por fim, o cantor Pawel Kukiz, populista de direita, obteve 21,3% dos votos. Seu movimento político, Kukiz'15, tornou-se a terceira força política do país, com 8,8% dos votos, nas eleições legislativas de outubro de 2015. No mesmo período, formações existentes há muito tempo tiveram resultados significativos com plataformas políticas similares às desses novos partidos. O caso mais notável é o do Partido de Independência do Reino Unido (Ukip), que, combinando populismo, nacionalismo e xenofobia, tornou-se, com 26,6% dos votos, a principal força nas últimas eleições europeias e alcançou 12,6% nas eleições políticas de 2015. No Parlamento Europeu, os eleitos do Partido de Independência do Reino Unido coligaram-se com os do Movimento 5 Estrelas, formando o grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD). Também na Suíça, as eleições de outubro 2015 foram ganhas com 29,4% dos votos – o melhor resultado até então – pela coalizão entre o Partido Popular Suíço e a União Democrática do Centro (SVP-UDC). Embora seu nome possa enganar, trata-se de uma formação de ultradireita, xenófoba e antieuropeísta, que se distinguiu no

10 Em muitos países da Europa do Leste ocorreram marcas de comparecimento muito baixas: Eslováquia, 13%; República Tcheca, 18,2%; Eslovênia, 24,5%; Croácia, 25,2%; Hungria, 28,9%. A estes devem ser adicionados 33,6% em Portugal e 35,6% no Reino Unido. Cf. http://www.europarl.europa.eu/pdf/elections_results/review.pdf.

passado por ter promovido um *referendum*, aprovado em 2009, sobre a proibição de construir novos minaretes no país.

Além disso, em muitos países europeus, quando os efeitos da crise econômica começaram a manifestar-se de forma evidente, os partidos xenófobos, nacionalistas ou abertamente neofascistas ganharam repentinamente muito apoio. Em alguns casos, eles mudaram seu discurso político, substituindo a clássica divisão entre esquerda e direita com a perspectiva de uma nova luta em ato na sociedade contemporânea: aquela que Marine Le Pen definiu, em 2014, como o conflito “entre os de cima e os de baixo”. Nessa nova polarização, eles se candidataram a representar essa última parte, isto é, o povo, contra o *establishment*, ou seja, as forças que se alternaram por um longo tempo no governo, e contra as elites que favorecem a difusão do mercado livre. Até mesmo o sistema ideológico desses movimentos políticos mudou. A componente racista foi, em muitos casos, relegada a um segundo plano, em relação às questões econômicas. A oposição às políticas de imigração, cegas e restritivas, aplicadas pela União Europeia, reforçou-se, aproveitando-se em primeiro lugar da guerra entre os mais pobres, e em seguida da discriminação baseada na cor da pele ou na crença religiosa. Em um contexto de desemprego de massa e de grave conflito social, a xenofobia cresceu mediante uma propaganda segundo a qual os migrantes subtraem empregos aos trabalhadores locais, que deveriam, no entanto, ser privilegiados em matéria de ocupação, serviços sociais e direitos.¹¹

Essa mudança de rumo influenciou certamente no resultado da Frente Nacional que, sob a liderança de Le Pen, alcançou 17,9% nas eleições presidenciais de 2012, antes de se tornar, com 24,8% dos votos, o primeiro partido político francês¹² nas votações europeias de 2014, nas administrativas de março de 2015 – com 25,2% – e nas regionais de dezembro de 2015, em que obteve 27,7%. O partido Liga Norte na Itália também passou por uma metamorfose notável. Nascido em 1989 reivindicando a independência da Padânia,¹³ tornou-se, nos últimos tempos, um partido nacional, cuja plataforma política “não ao euro” e anti-imigração constituiu a premissa para a aliança com as principais forças herdeiras da tradição fascista. Recentemente, seu apoio eleitoral aumentou maciçamente, até tornar-se, nas eleições administrativas de 2015, a primeira organização de centro-direita italiano, superando o Força Itália, o partido de Silvio Berlusconi.

Na França e na Itália, algumas fortalezas históricas do voto operário e comunista transformaram-se em bases eleitorais estáveis dessas duas forças. A recente coalizão, no nível europeu, entre a Frente Nacional e a Liga Norte permitiu, em junho de 2015, o nascimento no Parlamento Europeu do grupo Europa das Nações e das Liberdades (ENL). Pertencem a esse grupo partidos políticos consolidados

11 Trata-se de um antigo *slogan* xenófobo de Jean-Marie Le Pen: “primeiros os franceses” (Le Pen, 1984).

12 A partir das eleições políticas de 2012, a Frente Nacional apresentou-se dentro de uma coalizão mais ampla que adquiriu o nome de *Rassemblement Bleu Marine* (RBM).

13 Região do Vale Padana, no norte da Itália, que não corresponde a nenhuma demarcação geográfica juridicamente definida.

que, apoiados por outras organizações menores, defendem, há algum tempo, a saída do euro, a revisão dos tratados sobre a imigração e o retorno à soberania nacional. Entre as mais representativas há a Interesse Flamengo (VB); o Partido da Liberdade Austríaca (FPÖ), que obteve 20,5% dos votos nas eleições políticas de 2013, 19,7% naquelas europeias de 2014 e 30,8% nas municipais de Viena de 2015; e o Partido para a Liberdade (PVV) holandês, fundado em 2006, que obteve 13,3% nas eleições europeias.

As forças de extrema-direita entraram em vários grupos do Parlamento Europeu e, pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, tiveram grandes avanços também em outras regiões da Europa. Na Escandinávia, por exemplo, elas constituem uma realidade já bem estabelecida, com uma orientação ideológica que registrou o maior sucesso eleitoral. Na pátria por excelência do “modelo nórdico”, os Democratas Suecos (SD), partido criado em 1988 através da fusão de vários grupos neonazistas existentes na época, tornaram-se, com 12,8% dos votos, o terceiro partido mais votado nas eleições legislativas de 2014. Na Europa eles estão aliados com o Partido de Independência do Reino Unido.

Na Dinamarca e na Finlândia, os dois partidos membros do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), historicamente liderado pelo Partido Conservador (CP) britânico, conseguiram resultados ainda mais surpreendentes, tornando-se as segundas forças políticas de seus países. Despertando espanto geral, o Partido Popular Dinamarquês (DPP) foi, com 26,6%, o movimento político mais votado nas últimas eleições europeias. Esse sucesso foi confirmado nas eleições legislativas de 2015, após as quais, com 21,1% dos votos, juntou-se à maioria governamental. Após as recentes eleições de 2015, no governo de Helsinki entrou também o Partido dos Finlandeses (PS), com 17,6% dos votos. Por fim, na Noruega, com 16,3% dos votos, chegou pela primeira vez ao governo o Partido do Progresso (FRP), de opiniões políticas igualmente reacionárias, que já tinha atingido 22,9% em 2009.

A notável e quase uniforme afirmação desses partidos, em uma região onde as organizações do movimento operário têm exercido uma hegemonia indiscutível por longo tempo, foi possível também porque os partidos de extrema direita defenderam batalhas e temáticas que no passado pertenciam à esquerda, tanto a social-democrata quanto a comunista. A maquiagem da simbologia política (os Democratas Suecos, por exemplo, substituíram a chama, muito utilizada pelos movimentos fascistas, por um campo de flor com as cores nacionais) e o advento de líderes jovens e hábeis na comunicação representaram outros fatores significativos, embora não essenciais.

O avanço da direita ocorreu não apenas através de campanhas reacionárias clássicas, como aquelas contra a globalização, a chegada de novos requerentes de asilo e o espectro da “islamização” da sociedade. Na base de seu sucesso houve, acima de tudo, a reivindicação de políticas, tradicionalmente de esquerda, em favor do Estado social, enquanto os social-democratas optavam por cortes nos gastos públicos e a esquerda radical era enfraquecida pelo apoio ou participação direta ao governo. Trata-se, no entanto, de um tipo diferente de *welfare*. Não

mais universal, inclusivo e solidário, como o do passado, mas baseado em um princípio diferente – que alguns estudiosos têm incluído na categoria do “*welfare nationalism*” –, ou seja, fornecer direitos e serviços exclusivamente aos membros da já existente comunidade nacional. Ao grande apoio recebido nas áreas rurais e provinciais, muitas vezes despovoadas e com altas taxas de desemprego, a extrema direita escandinava acrescentou o apoio de uma parte significativa da classe trabalhadora, que cedeu à chantagem “imigração ou Estado social”.

Também em vários países da Europa do Leste a direita radical conseguiu reorganizar-se após o fim dos regimes pró-soviéticos. A União Nacional Ataque (Ataka) na Bulgária, o Partido Nacional Eslovaco (SNS) e o Partido da Grande Romênia (PRM) são algumas das forças políticas que obtiveram bons resultados e elegeram seus representantes no parlamento. Na Polônia, o partido da direita populista Lei e Justiça (PIS) ganhou a eleição presidencial em maio de 2015 e, em seguida, obteve, com 37,6% dos votos nas eleições legislativas de outubro de 2015, a primeira maioria absoluta alcançada no parlamento após o fim da Guerra Fria. Ao contrário das frequentes referências ao nacionalismo e aos valores religiosos mais conservadores, o programa econômico do partido Lei e Justiça focou-se na promessa de aumentar os gastos sociais, melhorar o nível dos salários e baixar a idade da aposentadoria. Uma plataforma de esquerda, em um país onde a esquerda anticapitalista não existe e a social-democracia está confinada em um espaço minoritário. Nessa parte da Europa, no entanto, o caso mais alarmante é o da Hungria. Após a introdução de medidas rigorosas de austeridade decretadas pelo governo do Partido Socialista Húngaro, obedecendo às imposições da Troika, e a grave crise deflacionária desencadeada, chegou ao poder a União Cívica Húngara – Fidesz (aderente do Partido Popular Europeu). Depois de ter expurgado a magistratura e colocado sob controle os *mass media*, em 2012 o governo aprovou uma nova constituição com conotações autoritárias e longe dos princípios do estado de direito. Ao lado dessa perigosa realidade, desde 2010, o Movimento por uma Hungria Melhor (Jobbik) tornou-se o terceiro partido do país, atingindo 20,5% nas eleições de 2014. Ao contrário das forças presentes na Europa Ocidental e na Escandinávia, Jobbik representa o exemplo clássico – hoje dominante na Europa do Leste – de formações de extrema-direita, que continuam a utilizar o ódio contra as minorias (especialmente a cigana), o antisemitismo e o anticomunismo como principais instrumentos de propaganda e ação.

Completam, finalmente, esse panorama diversas organizações neonazistas, espalhadas em várias regiões da Europa. Duas delas alcançaram bons resultados. O Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD) ganhou presença institucional em dois parlamentos regionais, atingindo 1,5% dos votos nas eleições de 2013 e elegendo um eurodeputado em 2014. A Aurora Dourada (AD), na Grécia, obteve 9,4% dos votos nas eleições europeias de 2014 e 7% nas eleições de 2015, consolidando-se, em ambos os casos, como a terceira força política do país.¹⁴

14 Para uma investigação sobre as forças europeias de ultradireita, ver Mammone, Godin e Jenkins (2012).

Nesses anos, portanto, os partidos políticos da direita populista, nacionalista ou neofascista têm decisivamente expandido seu apoio em quase todas as partes da Europa. Em muitas ocasiões, eles foram capazes de hegemonizar o debate político e, em alguns casos, aliando-se com as forças da direita mais moderada, conseguiram entrar no governo. Trata-se de uma epidemia muito preocupante, que é possível combater apenas destruindo o vírus que a gerou: a litania neoliberal hoje tão em voga em Bruxelas. Todavia, tanto na Grécia como nas regiões orientais da Alemanha, os partidos de direita obtiveram resultados abaixo de suas possibilidades. Enquanto isso, na Espanha, Portugal e República Tcheca, ou seja, em alguns dos lugares onde a esquerda comunista manteve um consistente enraizamento social e desenvolveu, ao longo dos anos, uma coerente política de oposição, não se formaram as condições para a revitalização das forças de direita.

A alternativa à esquerda

A crise econômica e política que atravessa a Europa provocou, simultaneamente ao avanço das forças populistas, xenófobas e de extrema direita, grandes manifestações de resistência e protesto contra as medidas de austeridade impostas pela Comissão Europeia e aplicadas pelos governos nacionais. Isso favoreceu, especialmente na parte Sul do continente, o ressurgimento das forças da esquerda radical, bem como um notável sucesso eleitoral para elas. Grécia, Espanha, Portugal foram palco de impressionantes mobilizações de massa contra as políticas neoliberais.

Nesse período, do ponto de vista político, a esquerda anticapitalista iniciou um percurso de reconstrução e recomposição das forças. Afirmaram-se ou nasceram, de fato, novas formações capazes de reunir a mais ampla gama de sujeitos políticos, garantindo, ao mesmo tempo, uma maior democracia interna através do princípio de “uma cabeça um voto”.

O Bloco de Esquerda (BE) em Portugal, a Coligação da Esquerda Radical (Syriza) na Grécia, A Esquerda (DL) na Alemanha e a Frente de Esquerda (FdG) na França são todos exemplos de um modelo de força política plural – diferente do partido monolítico, inspirado no princípio da centralização democrática, utilizado pelo movimento comunista no século XX – que se estendeu, rapidamente, à maioria das forças políticas da esquerda radical europeia. O partido Podemos na Espanha é um caso muito particular porque nasceu com a ambição de superar a tradicional definição de partido de esquerda. Outro episódio, imprevisível até poucos anos atrás, animou a geografia da esquerda europeia. Após as eleições primárias de setembro de 2015, 59,5% dos militantes ingleses do Partido Trabalhista elegeram Jeremy Corbyn como novo líder da organização. Onde vinte anos atrás estava sentado o liberal Tony Blair, hoje está um anticapitalista declarado, o secretário mais à esquerda da história do partido britânico.

Além dos casos de vários partidos nacionais, o avanço geral da esquerda radical foi confirmado também por ocasião das últimas eleições europeias. O número de votos recolhidos foi de 12.981.378, ou seja, 8% do total, com um aumento de 1.885.574 preferências em relação ao resultado de 2009. Por fim, Syriza ganhou

as eleições gregas de janeiro de 2015, com 36,3% dos votos e Alexis Tsipras foi eleito primeiro-ministro.

No entanto, esses resultados positivos estão sendo ofuscados por alguns elementos negativos. Em muitos países da Europa Oriental, na verdade, a esquerda radical expressa uma posição ainda marginal, quando não inteiramente minoritária. Ela se mantém muito longe das lutas sociais, sem enraizamento nos territórios e nas organizações sindicais, permanecendo desconhecida pelas gerações mais jovens e atravessada por um sectarismo lesivo e fortes divisões internas.

Estamos diante, portanto, de uma realidade muito desigual. Nos países da Península Ibérica e do Mediterrâneo – com exceção da Itália –, a esquerda radical expandiu-se significativamente nos últimos anos; já na Europa Central, ela conseguiu manter uma boa força eleitoral na Holanda e na Alemanha – embora aos bons resultados nas urnas não tenham correspondido conflitos sociais significativos –, mas seu peso está ainda limitado em outros lugares.

Consideradas essas circunstâncias, a expansão da União Europeia em direção ao Leste tem deslocado à direita o baricentro político do continente, como testemunham as posições extremistas tomadas pelos governos do Leste Europeu durante a recente crise na Grécia e diante da chegada dos povos em fuga das zonas de guerra.

Além disso, a transformação dos partidos da esquerda radical em organizações mais amplas e plurais tem se revelado uma medida útil para reduzir sua fragmentação pré-existente, mas certamente não tem resolvido seus problemas políticos. A ideia de que seja possível reformar a União Europeia no âmbito do cenário atual é compartilhada por Syriza e pela maioria das principais forças do Partido da Esquerda Europeia, entre as quais A Esquerda na Alemanha, o Partido Comunista Francês e a Esquerda Unida espanhola. Nesse bloco, encontra-se também o Podemos da Espanha, cuja liderança declarou-se convencida de que, se ao lado do governo grego tivessem outros dispostos a romper com as políticas de austeridade impostas pela Troika, poderia abrir-se um espaço para romper o esquema atual. Para outros, ao contrário, a “crise grega” – que, na verdade, é uma crise da democracia na época do capitalismo neoliberal – parece provar a não reformabilidade desse modelo de União Europeia. Não tanto para as atuais relações de poder no seu interior, mas sim para a sua arquitetura geral. Os inflexíveis parâmetros econômicos reduziram ou, em alguns casos, quase cancelaram as exigências da política, que são muito mais complexas e compósitas. Portanto, nos últimos meses, as fileiras daqueles que consideram ilusória a possibilidade de democratizar a eurozona, embora expressem uma posição que continua sendo minoritária, têm aumentado consideravelmente.

Desse modo, o conflito que implodiu em 2015 dentro Syriza poderá se reproduzir em outros lugares. Para a esquerda radical europeia, então, poderia concretizar-se o risco de uma nova temporada de divisões. Essa condição revela um limite da forma plural que as forças antagônicas adotaram nos últimos anos, isto é, a indefinição programática. De fato, a diversidade de posições e culturas políticas existentes entre as diferentes organizações que deram origem a essas novas agregações exigiria um difícil, mas não impossível, acordo pontual sobre

as estratégias a serem perseguidas. Além da necessidade de prosseguir sem reticências esse crucial debate em uma escala continental, uma verdadeira alternativa só é concebível se a esquerda radical desenvolver, com maior determinação e continuidade, campanhas políticas e mobilizações transnacionais, começando com a recusa da guerra e da xenofobia, questão que se tornou ainda mais crucial após os ataques de 13 de novembro 2015 em Paris, e apoiando a extensão de todos os direitos sociais e de cidadania aos imigrantes que chegam ao solo europeu. As iniciativas da esquerda radical que podem realmente aspirar a mudar o curso dos eventos têm diante de si um único caminho: o da reconstrução de um novo bloco social, capaz de dar vida a uma oposição de massa às políticas iniciadas com o Tratado de Maastricht e, conseqüentemente, mudar pela raiz as orientações econômicas hoje dominantes na Europa.

Referências bibliográficas

- LE PEN, J. M. *Les français d'abord*. Paris: Carrère-Michel Lafon, 1984.
MAMMONE, A.; GODIN, E.; JENKINS, B. *Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe*. Londres: Routledge, 2012.
STEIN, B. In Class Warfare, Guess Which Class Is Winning. *The New York Times*, 26 nov. 2006.
WOOD, E. M. *Democracy Against Capitalism*. Londres: Cambridge University Press, 1995.

Resumo

O artigo analisa a política dos governos neoliberais nos diferentes países da União Europeia, o crescimento dos partidos de direita nesses países e as iniciativas e dificuldades dos partidos da esquerda radical para apresentar uma alternativa anticapitalista que obtenha apoio dos trabalhadores europeus. Aborda as discussões sobre estratégia entre as forças de esquerda.

Palavras-chave: União Europeia, neoliberalismo, partidos de direita, esquerda radical.

Abstract

The article analyzes the policy of neoliberal governments in the different countries of the European Union, the growth of right-wing parties in these countries and the initiatives and difficulties of radical left parties to present an anti-capitalist alternative to get support of European workers. It also analyzes the discussions on strategy between the left forces.

Keywords: European Union, neoliberalism, right-wing parties, radical left.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

**A evolução da teoria da
crise em Marx**
Francisco Paulo Cipolla

O dinheiro como mercadoria
Claus Germer

**Origens do
modernismo alternativo**
David Craven

O volume 4.3 da MEGA
Jorge Grespan

**O lulismo como bonapartismo: uma
crítica às teses de André Singer**
Armando Boito Jr.

37